

ATA NÚMERO 175/XIII/3.^a SL

Aos 31 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.ºs 171 a 174.**
2. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 342/XIII/2.^a – “*Solicita a aplicação da dedução de encargos com imóveis a todos os contratos de crédito para habitação própria e permanente*”.**
Relatora: Hortense Martins (PS)
3. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 358/XIII/2.^a – “*Solicita a criação de um número de Identificação Fiscal Coletiva*”.**
Relator: Fernando Anastácio (PS)
4. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 338/XIII/2.^a – “*Solicitam isenção de IVA nos serviços prestados nos Centros e Salas de Estudo e Explicações e dedução em sede de IRS enquanto despesas de educação*”.**
Relator: Fernando Anastácio (PS)
5. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 434/XIII/3.^a – “*Imposto Único de Circulação – Motores Wanke*”.**
6. **Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 742/XIII/3.^a (PSD) – “*Restabelece a possibilidade de globalização mensal nas introduções no consumo de produtos do regime da pequena destilaria*”.**
Cabe ao GP BE
7. **Designação de autor de parecer para a Proposta de Lei n.º 108/XIII/3.^a (ALRAM) – “*Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-b/84, de 26 de dezembro*”.**
Cabe ao GP CDS-PP
8. **Audição do Ministro das Finanças, nos termos do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2016.**

9. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.ºs 171 a 174.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 342/XIII/2.ª](#) – “*Solicita a aplicação da dedução de encargos com imóveis a todos os contratos de crédito para habitação própria e permanente*”.

Relatora: Hortense Martins (PS)

A Senhora Deputada Hortense Martins apresentou o relatório de que foi autora, tendo recebido os cumprimentos do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD). O relatório foi aprovado por unanimidade.

3. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 358/XIII/2.ª](#) – “*Solicita a criação de um número de Identificação Fiscal Coletiva*”.

Relator: Fernando Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Fernando Anastácio apresentou o relatório de que foi autora, tendo recebido os cumprimentos do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD). O relatório foi aprovado por unanimidade

4. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 338/XIII/2.ª](#) – “*Solicitam isenção de IVA nos serviços prestados nos Centros e Salas de Estudo e Explicações e dedução em sede de IRS enquanto despesas de educação*”.

Relator: Fernando Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Fernando Anastácio apresentou o relatório de que foi autora, tendo recebido os cumprimentos do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD). O relatório foi aprovado por unanimidade

5. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 434/XIII/3.ª](#) – “*Imposto Único de Circulação – Motores Wankel*”.

A petição foi admitida, sem oposição de qualquer GP.

6. Designação de autor de parecer para o [Projeto de Lei n.º 742/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – “Restabelece a possibilidade de globalização mensal nas introduções no consumo de produtos do regime da pequena destilaria”.

Cabe ao GP BE

O BE indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Paulino Ascensão.

7. Designação de autor de parecer para a [Proposta de Lei n.º 108/XIII/3.ª \(ALRAM\)](#) – “Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-b/84, de 26 de dezembro”.

Cabe ao GP CDS-PP

O CDS-PP designou como autor do parecer o Senhor Deputado João Pinho de Almeida.

8. **Audição do Ministro das Finanças, nos termos do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e no âmbito da apreciação da [Conta Geral do Estado 2016](#).**

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Ministro das Finanças e aos Secretários de Estado Adjunto e das Finanças, do Orçamento, dos Assuntos Fiscais e do Tesouro, a enquadrando a audição no artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e na apreciação da Conta Geral do Estado 2016 (CGE), após o que deu a palavra ao Ministro das Finanças para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados, Inês Domingos (PSD), João Paulo Correia (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP)

O Ministro das Finanças, conjuntamente com os Secretários de Estado Adjunto e das Finanças, do Orçamento e dos Assuntos Fiscais, respondeu individualmente às questões colocadas pelos senhores Deputados nesta ronda de intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rubina Berardo (PSD), Margarida Marques (PS), Mariana Mortágua (PS), Cecília Meireles (CDS) e Paulo Sá (PCP). Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD). O Ministro das Finanças e os Secretários de Estado Adjunto e das Finanças, do Orçamento e dos Assuntos Fiscais responderam ao conjunto das questões.

Antes da terceira ronda, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, que tinha assumido a condução dos trabalhos, colocou a questão de dedicar a terceira ronda à CGE, conforme a Senhora Presidente tinha anunciado no início da reunião.

Essa opção foi questionada pelo Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), que perguntou se houve deliberação nesse sentido e que, não havendo, a terceira ronda deveria manter-se dentro da audição regimental.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) recordou que a questão foi consensualizada no início da reunião, após intervenção da Senhora Presidente nesse sentido, Outra questão é a Comissão agora deliberar no sentido de efetuar uma terceira ronda da audição regimental, a que não se opõe, desde que fique explícito que a solução da terceira ronda alocada à CGE foi consensualizada no início da reunião.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) sublinhou que não se opõe a qualquer das opções mas que os GP tinham preparado as suas intervenções com base numa metodologia a que ninguém se opôs.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) também não se opôs a qualquer dos métodos e sugeriu que cada GP utilizasse os cinco minutos conforme seja o seu desejo.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que a solução foi consensualizada, aditando que nada tem contra a proposta do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) mas que tal não podia ser feito a meio da audição, dado que cada GP se preparou de acordo com este formato e ninguém se opôs ao mesmo.

O Senhor Vice-Presidente aceitou a sugestão do Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), para que cada GP faça uso do seu tempo como entender, mas o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) sustentou que essa é a única posição não aceitável, dado que a CGE tem uma dignidade que impõe uma ronda específica. Reiterou que não houve deliberação.

O Senhor Vice-Presidente afirmou que a alocação da terceira ronda à CGE foi determinada já em reunião anterior e que a Senhora Presidente repetiu isso mesmo no início da reunião, acrescentando que é opinião maioritária da mesa de que deve ser cumprido o que foi estabelecido e perguntando ao Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) se queria avocar a decisão para o plenário.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) defendeu que não deve haver deliberação sem consulta dos GP e que a mesa não pode fixar uma grelha contrária ao que está no Regulamento da Comissão.

O Senhor Vice-Presidente colocou à votação a manutenção da grelha já definida e comunicada no início da reunião, sendo a mesma validada com os votos a favor de PS, BE e PCP, o voto contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.

A terceira ronda de questões foi dedicada à CGE, tendo intervindo os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Paulino Ascensão (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

Respondeu o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado do Orçamento.

A Senhora Presidente agradeceu a presença do Ministro das Finanças e dos Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na página internet de cada uma das audições: [regimental](#) e [CGE](#).

9. Outros assuntos.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) sugeriu que o GT sobre a supervisão bancária começasse os seus trabalhos, lembrando que se aguardava que o Governo apresentasse iniciativas legislativas naquela matéria mas que o GT já tem vários Projetos de Lei para trabalhar, no que foi corroborada pelo Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), que notou que o PSD irá apresentar propostas de alteração semelhantes às propostas que foram rejeitadas, acrescentando que é possível que o início dos trabalhos do GT leve a que o Governo queira acompanhar os mesmos com a(s) iniciativa(s) aguardadas.

A Senhora Presidente referiu que o Coordenador do GT é o Senhor Deputado João Galamba (PS), que volta hoje de licença.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) suscitou o escrutínio da iniciativa europeia [COM\(791\)2017](#) - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à supervisão prudencial das empresas de investimento e que altera as Diretivas 2013/36/UE e 2014/65/EU -, sendo que será a própria a autora do relatório a elaborar.

O GP PS indicou o Senhor Deputado Ricardo Leão como autor do parecer ao [Projeto de Lei n.º 743/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária -, após o que a Senhora Presidente informou que o [Projeto de Lei n.º 737/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#), distribuído na semana anterior ao Senhor Deputado Nuno Sá (PS), transitou para a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 15:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de janeiro de 2018.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 31 de janeiro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Margarida Mano
Maria das Mercês Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Duarte Pacheco